

## **Delegação da CIP participou no Seminário "*Promover e reforçar o Diálogo Social Europeu*"**

Uma delegação da CIP, a qual incluiu representantes da AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e da APICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos, participou e interveio no Seminário conjunto, promovido pelos Parceiros Sociais Europeus (BusinessEurope, CEEP, UEAPME e CES), destinado a "*Promover e reforçar o Diálogo Social Europeu*", que teve lugar em Helsínquia, Finlândia, nos dias 17 e 18 de novembro de 2015.

Partindo da análise da situação em quatro países identificados (Portugal, Estónia, Finlândia e Holanda) este Seminário teve os seguintes objetivos:

- Fazer um balanço da situação da negociação coletiva ao nível nacional e tentar construir um entendimento comum sobre o papel e a contribuição de empregadores e sindicatos em tempos de mudança, incluindo a forma como estes se podem adaptar a novas situações;
- Monitorizar os países onde foram identificados problemas de implementação ou uma implementação insuficiente de instrumentos de diálogo social da União Europeia, em particular, os acordos autónomos sobre Teletrabalho (2002), Stress no Trabalho (2004), Assédio e Violência no Trabalho (2007) e Mercados de Trabalho Inclusivos (2010);
- Divulgar os últimos resultados do diálogo social europeu numa ampla gama de matérias como a governação económica, o emprego dos jovens e igualdade de género;
- Promover intercâmbios e troca de experiências entre os parceiros sociais nacionais.

Os membros da delegação da CIP, nas suas várias intervenções, quer no âmbito dos plenários quer no âmbito dos workshops de empregadores, abordaram, entre outros assuntos, o regime e o estado atual da negociação coletiva, a implementação dos acordos dos Parceiros Sociais Europeus em Portugal e o futuro do diálogo social no contexto de uma sociedade e economia em permanente mudança e evolução.

No que diz respeito à negociação coletiva, a delegação da CIP fez uma resenha histórica do seu regime jurídico e caracterizou o estado atual da mesma.

Nas intervenções sobre esta temática, são de realçar as seguintes mensagens:

- Nos últimos anos foram registados avanços positivos no que concerne ao regime jurídico da contratação coletiva, avanços que têm de ser preservados e desenvolvidos por forma a salvaguardar e permitir a dinamização da contratação coletiva e a modernização dos setores;
- A contratação coletiva teve alguns constrangimentos resultantes, entre outros fatores, da crise e da fixação de critérios para a emissão de portarias de extensão;
- Desmitificou-se a ideia de que a contratação coletiva em Portugal está paralisada;
- Apresentou-se exemplos concretos, com base nos casos da AIMMAP e da APICCAPS, marcados por forte dinamismo setorial, quer ao nível do desenvolvimento dos setores

quer ao nível da contratação coletiva, os quais foram demonstrativos da vitalidade e adaptação à mudança, nomeadamente tecnológica;

- Venceu-se, igualmente, que Concertação Social e o Diálogo Social têm vindo a registar cada vez mais solicitações dos Governos, num conjunto cada vez mais vasto e complexo de matérias, respondendo àquilo que deles se espera num clima de paz social.

Por outro lado, e no que concerne à implementação dos acordos dos Parceiros Sociais Europeus, tentou-se conciliar a visão divergente entre empregadores e sindicatos portugueses sobre a efetiva implementação do acordo relativo ao Teletrabalho.

Não obstante uma evolução de cariz positivo por parte dos sindicatos, não foi possível alcançar um pleno consenso quanto à implementação do referido Acordo.

Foi também abordado o futuro do diálogo social no contexto de uma sociedade e economia em permanente mudança e evolução.

A delegação da CIP, perante os desafios que se colocam às sociedades e às economias, referiu que é essencial promover o diálogo social e os seus resultados, tornando-se necessário:

- Criar um clima de compromisso mútuo e de confiança entre as partes;
- Respeitar a autonomia dos Parceiros Sociais;
- Assegurar espaço alargado para a contratação coletiva;
- Centrar o diálogo na resolução dos principais desafios dos cidadãos e empresas, com apresentação de resultados bem concretos e práticos;
- Reforçar a capacitação institucional dos Parceiros Sociais, face aos cada vez mais complexos e transversais domínios em que são chamados a intervir;
- Melhorar os aspetos relacionados com a comunicação dos resultados do diálogo social;
- Reforçar e adequar os mecanismos de consulta, possibilitando aos Parceiros Sociais a necessária auscultação da estrutura neles integrada.

Aos aspetos suprarreferidos, acresceu um outro que, na perspetiva dos empregadores, assume carácter estruturante e que diz respeito à alteração do “mindset” de alguns Governos e Parceiros Sociais.

Alguns Governos e Parceiros Sociais necessitam de reconhecer e interiorizar que a sociedade e, designadamente, os mercados de trabalho, estão em constante e rápida mutação, diferindo, em muito, do que se verificava nas últimas décadas.

Mais ainda, necessitam de reconhecer que o futuro depende, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista económico, da implementação de reformas onde as divergências ideológicas não se sobreponham ao interesse coletivo.

De facto, não podemos continuar a assistir e a encarar o desenvolvimento das sociedades modernas com posturas manifestamente irrealistas e desadequadas.

É que, sem as necessárias reformas, não poderemos assegurar o padrão de vida por que todos os europeus anseiam.

Impõe-se, assim, conceber e implementar medidas enquadradas numa agenda de compromissos globais que envolvam o Governo, as empresas e os trabalhadores na definição de estratégias e políticas concretas e exequíveis orientadas para o Imperativo do Crescimento.